
ENTREVISTA COM BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

*Inês Barbosa de Oliveira**
*Ricardo Costa***

Entrevistar o Professor Boaventura foi, além de um privilégio, um grande prazer. Sua incansável militância política e epistemológica traduz-se nas respostas claras e abrangentes sobre os diversos temas de que nos ocupamos. Conversamos sobre o incontornável tema da globalização, sobre o papel dos novos movimentos sociais e, também, como não poderia deixar de ser, sobre o futuro da educação e da pesquisa na área nesses tempos de capitalismo desregrado e de mercantilização da vida.

Sempre ditas com paixão e competência, e voltadas para a emancipação social e a democratização do nosso mundo, suas palavras nos entreteram, prazerosamente, durante pouco mais de uma hora.

Com a palavra, o entrevistado.



Teias – Depois da comercialização da terra, do trabalho e da moeda, assiste-se a uma progressiva tentativa de comercialização da saúde, da educação e da cultura. Que consequências poderão advir?

Boaventura – São consequências significativas e os processos estão em curso. Como se sabe, o próximo *round* de liberalização do comércio diz respeito aos serviços. Até agora estiveram os produtos e, nesse momento, já no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), serão os serviços a serem liberalizados, e a educação é um deles. Segundo a OMC, a educação é um serviço com potencialidades de mercantilização e mercadorização quase infinitas.

Em primeiro lugar, porque é um serviço cada vez mais procurado a nível mundial com os elementos da tecnologia e das ciências da informação; em segundo lugar, porque está organizada por diferentes níveis que se podem segmentar; e em terceiro lugar, porque tem uma divisão interna do trabalho que pode também ele ser segmentado para diferenciar o produto. O produto que se vende melhor no mercado é sempre o produto mais diferenciado. Quanto maior for a segmentação da educação, mais fácil se torna a diferenciação, e quanto mais fácil for a diferenciação, mais valor acrescentado se pode obter.

O que está em discussão, efetivamente, é que essa segmentação pretende fazer com que passem a existir serviços de produção de planos curriculares, de fornecimento de conteúdos, de fornecimento de técnicas pedagógicas, de fornecimento de equipamentos, de agenciamento de estudan-

*Professora da Faculdade de Educação da Uerj. Pós-doutora da Universidade de Coimbra.

**Jornalista da “A Página da Educação”, Portugal.

tes, de fornecimento de professores, de avaliação de estudantes e de professores, de certificação etc. São mercados segmentados dentro desse grande mercado que é a educação. Todos esses serviços podem, portanto, ser sujeitos a uma lógica mercantil. Em princípio, o que pode acontecer é que eles sejam patenteados e depois vendidos internacionalmente em sistema de *franchising*, tal como se faz com os hambúrgueres ou com as pizzas, às escolas públicas e privadas de todo o mundo. Este processo já está em curso no ensino universitário, em algumas áreas, notadamente na área de gestão de empresas, mas prevê-se que se alargue a outras áreas.

As conseqüências deste processo são óbvias: a educação corre o risco de deixar de ser um direito de cidadania e passar a ser um bem de produção e de consumo. E, portanto, sujeita à lógica do mercado, ela produzirá todas as exclusões que o mercado produz. É evidente que, no mercado, só entra quem tem meios para ter acesso a esse mercado. Não basta mais ser cidadão para ter direito à educação. Está aqui em reversão toda uma conquista secular do direito à educação e, também, do seu instrumento privilegiado de acesso a esse direito, que foi a escola pública. É muito claro que isso está em curso. Aliás, se olharmos as políticas de certos países, as políticas de privatização da educação, de ataque e de degradação da escola pública, devem ser entendidas como processos que, de alguma maneira, preparam o terreno para esta grande mercadorização ou mercantilização que está em curso.

Como a educação vai estar cada vez mais ligada ao mercado de trabalho, será um processo totalmente diferente daquele que ocorreu até agora. A educação sempre esteve vinculada ao mercado de trabalho, através da idéia de que é preciso que a escola forneça os líderes, os carpinteiros, os profissionais. Agora estamos numa fase muito mais avançada deste processo, é uma fase em que ela não teria mais, simplesmente, uma vinculação ao mercado, é ela própria que se transforma em um mercado. E quando isso acontece, é evidente que vai se criar um grande problema à escola, à educação tal qual a conhecemos. Como podemos continuar a utilizar a educação para veicular princípios e valores que não estão sujeitos à lei do mercado?

Fundamentalmente, isso aconteceu na escola pública e nos sistemas nacionais de educação, criados e mantidos sobre a base de interações não mercantis. Isto é, foi o Estado, e, nomeadamente, o Estado-Providência, que foi criando uma série de interações, que antes eram objeto de filantropia – ou privadas de todo modo – e que passaram a ser objetos de uma política pública. Essas interações não mercantis foram aquelas que permitiram ao operário mandar seu filho à escola. Porque antes, quem tinha dinheiro tinha escola, quem não tinha dinheiro não tinha escola; quem tinha dinheiro tinha médico, quem não tinha dinheiro não tinha médico. Foram as interações não mercantis, e, portanto, os direitos sociais e econômicos, que permitiram romper com este círculo de relação entre capacidade mercantil e acesso aos serviços básicos, criando-se os direitos de cidadania. O que estamos assistindo, hoje, é uma regressão nesse processo.

Teias – Poderíamos, então, falar de um processo de uma certa regressão civilizacional?

Boaventura – Eu tenho sempre muita dificuldade em funcionar com grandes conceitos de civilizações, que invocam idéias de ascensão e de decadência de civilizações. Porque temos atrás de nós toda uma literatura, que nem sempre foi das melhores, que fala, exatamente, no sentido de decadência – tipo Huntington com “O Choque de Civilizações”. Eu não iria tão longe neste momento.

Eu diria que estamos assistindo a um processo histórico, que teve outras formulações anteriores, que consiste no seguinte: o capitalismo – e Marx nesse aspecto analisou-o muito bem – tem

uma tendência cíclica à queda da taxa do lucro, o que o faz passar por certas crises. Essas crises têm sido normalmente ultrapassadas através da extensão da mercantilização a áreas que até então não estavam sujeitas: regiões geográficas ou campos sociais que até então não estavam abrangidos. Nunca pensamos, por exemplo, que a água pudesse ser um bem mercantil, mas atualmente o fornecimento de água vem sendo privatizado, assim como outros bens que se consideravam livres e que agora estão sujeitos à lei do valor e, portanto, a serem mercantilizados.

Penso que, neste momento, a grande área de expansão da mercantilização já não são bens ou serviços que nunca haviam sido mercantilizados, mas serviços que tinham sido desmercantilizados e que estão agora sendo remercantilizados. A privatização da educação, da saúde e da segurança social são processos de remercantilização.

É este o grande projeto civilizacional, se assim quisermos designá-lo, do neoliberalismo, que tem consequências culturais muito fortes. E nesse aspecto tem uma dimensão civilizacional, na medida em que está criando uma nova cultura. Eu digo que está em emergência um novo senso comum, o senso comum mercantil, em que tudo se compra e tudo se vende. Isso põe um problema fundamental à educação, porque ela própria, enquanto um bem desmercadorizado através da Escola Pública, foi a grande veiculadora e anunciadora de uma forma de cidadania e de participação no mundo que não passava pelo mercado, porque eram áreas da sociedade civil que estavam fora do mercado. Neste momento, a idéia é que não haja apenas uma economia de mercado, mas uma sociedade de mercado, e a educação vai ser um exemplo disso. A partir disso, ela fica em dificuldades para defender princípios não mercadorizáveis, na medida em que ela própria se compra e se vende. E isso é que me parece estar em curso e é o maior ataque aos direitos de cidadania que nós já poderíamos imaginar.

Teias – Os mecanismos de decisão internacionais, os europeus em particular, (in)voluntariamente influenciados pelos países mais poderosos, que determinam de forma decisiva as políticas sociais e econômicas, confiscam progressivamente a soberania popular. Ainda vale a pena votar?

Boaventura – Eu penso que sim. Sem pôr em causa nada do que eu disse antes, aquilo a que estamos assistindo hoje é que há ainda uma grande disjunção entre uma economia cada vez mais globalizada e uma política que é ainda nacional. Este é o grande problema da atual fase de transição – se pudermos chamar-lhe assim. Por um lado põe-se em causa o estado nacional, mas é ele próprio que vem se transformando em agente da transnacionalização. As próprias políticas de desnacionalização e de desestatização são desenvolvidas pelos Estados. Por outro lado, é evidente que é uma outra forma de política de estado que está em curso, que não dá conta da necessidade de ativar formas políticas de resistência a este neoliberalismo a nível pós-nacional e a nível transnacional. Porque o Estado continua a ser um marco nacional, mesmo sendo ele o veiculador dessas políticas de transnacionalização.

Ou seja, não temos ainda formas de cidadania e de política globais; umas Nações Unidas com “dentes”, capazes de intervir autonomamente a nível internacional. As agências internacionais, que determinam as políticas dos países periféricos e semiperiféricos, têm o carácter mais anti-democrático que se possa imaginar, porque se organizam pelo princípio do acionista: o princípio mercantil e econômico que diz que tem mais direitos de voto quem tem mais PIB (Produto Interno

Bruto), isto é, os mesmos países que dominam o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No contexto desta disjunção, continua a ser importante votar a nível nacional, mas não basta. O que é preciso é votar, para fazer pressão junto dos respectivos governos no sentido de o campo de manobra que ainda existe – ele existe, não podemos eliminar essa idéia – ser usado para contra-atacar os processos de exclusão que têm lugar a nível local, nacional e global. É aí que isso faz todo sentido.

Mas você tem toda a razão quando diz que se verifica um distanciamento entre governantes e governados. Isso se dá porque, sendo a União Européia uma forma de globalização de tipo regional, naturalmente que ela – com algumas especificidades porque criou instâncias políticas transnacionais – subtraiu algumas das prerrogativas da soberania nacional a cada um dos estados e transferiu-os para a UE. Não havendo os mecanismos de controle sobre esse elemento executivo e não sendo o parlamento europeu um parlamento de fato, isso gera um déficit democrático na UE. É preciso votar nacionalmente, tentar vencer para influenciar as políticas, de modo a que elas possam reduzir esse déficit.

Porém, no meu entender, esta política não terá êxito se o voto não se articular com formas de democracia participativa, precisamente para neutralizar esse distanciamento que vimos assistindo. É cada vez mais necessário que os cidadãos se organizem em formas de democracia participativa, quer a nível local, quer a nível nacional, que, de alguma maneira, tornem mais rica a sua participação na democracia representativa. Não vejo nenhum conflito entre elas, encaro isto como uma tensão dinâmica, criativa, entre a democracia participativa e a democracia representativa. Curiosamente, em Portugal mesmo, há autarcas que começam a se movimentar no sentido de adotar formas de democracia participativa, como o orçamento participativo ou o que já há aqui em Coimbra com o Conselho da Cidade. Começa a haver uma demanda nova de cidadania ativa que pode ser uma forma de enriquecer a democracia representativa, na medida em que estas duas formas de intervenção – a do voto e a da democracia participativa – são as únicas que podem vir a garantir no futuro uma democracia de alta intensidade que venha a ampliar esta democracia de baixa intensidade em que vivemos.

Teias – Como pensar politicamente a questão do voto em países semiperiféricos como o Brasil, nessa dinâmica do confisco cada vez maior da soberania nacional?

Boaventura – Neste momento, e eu penso que deveríamos discutir a questão situadamente, eu penso que, em países como o Brasil, é muito importante votar, e isso porque o Estado continua a ser um elemento muito importante, sobretudo no caso dos países semiperiféricos. Acho que é importante fazer esse reconhecimento. O Brasil é a décima economia mundial, é um Estado que tem uma participação muito importante a nível mundial, é um grande agilizador de todos os fluxos financeiros internacionais, é um país cujas posições têm reflexos sobre toda a economia mundial. O problema é que o Brasil tem usado esse poder, essa sua capacidade de manobra, apenas para obter migalhas de poder por parte dos países hegemônicos, na medida em que, com isso, pode obter contratos mais favoráveis e que possam elevar o seu *rating* (baixa no nível de risco dos investimentos no Brasil) e tornar os empréstimos mais baratos, facilitando, ao mesmo tempo, o pagamento da dívida. E tudo é feito de uma maneira muito individualista e muito neoliberal. O Brasil, nesse aspecto, tem sido quase ‘mais papista do que o Papa’ no contexto latino-americano.

O que eu penso, portanto, é que é muito importante votar, sobretudo nessas eleições, porque há uma possibilidade real de vir a ser eleito um presidente com um perfil de esquerda, que tenha uma política – que não é radical, de destruição das estruturas políticas do Estado brasileiro – que permita, efetivamente, mostrar que o Brasil tem hoje um poder no sistema mundial que pode ser utilizado de uma maneira mais solidária com os outros países que sofrem os mesmos problemas de exclusão, e que, até agora, não utilizou. Mais do que isso, sempre que o utiliza, tem obtido algum êxito, como vimos recentemente na última reunião da OMC sobre as questões relacionadas ao tratamento da AIDS. É uma união entre o Brasil e a Índia, por pressão dos movimentos sociais do Brasil ou por pressão da indústria brasileira, não importa. O que interessa é que foi muito importante vencer a lógica das patentes e criar uma salvaguarda de emergência nacional que permite a produção dos genéricos, o que tem conseqüências muito importantes para o mundo, até mais do que para o Brasil, na medida em que o Brasil tem o problema da AIDS relativamente controlado, o que não acontece com a África. A desproporção é enorme.

Portanto, eu penso que os países semiperiféricos com grandes populações, como o Brasil, a Índia, a Malásia, a África do Sul e mesmo a China ou o México, são países que têm um nível de desenvolvimento muito forte e que não estão totalmente de joelhos, dependentes totalmente da ajuda internacional – como outros que, por isso, não podem mesmo fazer nada neste momento. Estes países têm possibilidades, porque todas as crises que acontecerem neles têm conseqüências mundiais muito graves e, portanto, eles poderiam, efetivamente, ser os grandes agentes de uma transformação na ordem econômica internacional, desde que se unissem e não estivessem sempre à espera de obterem tratamento especial, individual, por parte dos poderes dominantes, que decorre, exatamente, do seu comportamento mais dócil. Isto não dá resultado, porque depois vemos que o próprio Banco Mundial vai dizer, como já disse muitas vezes o seu presidente, que os países que tiveram melhor comportamento econômico, que evitaram melhor a exclusão social, que conseguiram realmente fazer transições mais lentas, são aqueles países que seguiram menos as receitas do Banco Mundial e do FMI. A Malásia e a Índia continuam hoje a fazer controles financeiros que nenhum outro país faz. Depois eles são creditados por não terem seguido à risca a terapia. O Brasil tem tentado seguir à risca essa terapia e é esse o problema.

Portanto, eu penso que os cidadãos do Brasil têm, efetivamente, que ir votar, devem votar, sobretudo porque há uma emergência no Brasil, muito mais do que na Europa, de formas de democracia participativa a nível local que, no meu entender, deve ser articulada com a democracia representativa porque, se isso não se fizer, tudo pode ter um efeito perverso. As pessoas ficam tão ligadas à política local que se esquecem da política nacional. Isso não pode ser! Tem que haver uma articulação! Em Porto Alegre, por exemplo, vive-se um pouco esse problema atualmente, e essa é uma discussão de debate público na cidade, exatamente porque o êxito da democracia participativa a nível local veio deixar que a política nacional ficasse sob uma menor vigilância por parte dos cidadãos, o que dá uma falsa sensação de eficácia da cidadania.

Teias – Seria, portanto, necessário pensar uma reinvenção da cidadania. Nesse contexto, quais são os novos desafios que enfrentam as organizações políticas e sociais tradicionais?

Boaventura – Instituições como os partidos políticos, e o próprio movimento sindical, estão enfrentando conseqüências sérias, principalmente porque foram constituídas no espaço-tempo nacional, um marco que não é apenas geográfico, mas que inclui, também, uma certa temporalida-

de. Mesmo que, no início, houvesse um movimento internacionalista, foi um momento confiscado, exatamente pelo próprio movimento operário na medida em que ele passou a ter interesses em disputar internamente as políticas dos Estados e, no momento em que o fez, primeiramente quando da primeira guerra mundial, quando os partidos operários que representavam os sindicatos decidiram votar a favor da guerra. Aceitaram entrar num jogo de Estado contra Estado e aí entraram as políticas nacionalistas dentro dessas organizações. Hoje, tanto os partidos como o movimento sindical sofrem com a erosão desse espaço-tempo nacional e do próprio Estado.

No caso do movimento sindical isso é muito claro, e a razão é simples: o trabalho é, hoje, um recurso global, muito mais do que outrora, mas não há um mercado global de trabalho onde seja possível aplicar as técnicas de contratação, de concertação e de compromisso de classe que foram vigentes durante o período do Estado-Providência ou do Fordismo, que eram sempre políticas nacionais – e que, obviamente, tiveram êxito com base na exploração que os países ricos mantiveram sobre os países periféricos e semiperiféricos. Não esqueçamos isso. E daí que o próprio movimento sindical tenha perdido o sentido de solidariedade internacional.

Os partidos socialistas e comunistas, ou melhor, todos os partidos em geral, sofrem dessa mesma erosão. Sofrem-na também por outra via, já que a política está hoje sujeita a uma outra forma de globalização, uma globalização cultural, que está intimamente relacionada com as novas tecnologias de informação e da comunicação, onde a venda de pacotes globais – que são fundamentalmente americanos, e daí que basicamente estejamos num processo de americanização – acaba por transformar internamente a própria política, transformando-a numa política de espetáculo e, como tal, tanto atrai como também repele muitos jovens, que não entram nesse espetáculo, porque preferem outros, que são muito mais gratificantes.

Ou seja, estas instituições têm de ser reinventadas, e é por meio dessas dimensões local, nacional e global que tem que ser feita essa reinvenção. Os sindicatos têm de olhar para formas de solidariedade transnacionais, que, apesar de embrionárias, existem, estão em curso, e representam um sinal de esperança da renovação do internacionalismo operário. Quanto aos partidos políticos, temos de ir reinventando as forças políticas, ou outras formas de estar na política, que passam não necessariamente só pelos partidos, mas também pelas organizações e pelos movimentos sociais. São esses que podem trazer as novas agendas políticas ao centro do cenário internacional.

Teias – Estas organizações e movimentos são acusados de contestar a globalização, quando, pela sua parte, alegam que se limitam a contestar esta forma de globalização. Como se constrói uma alternativa?

Boaventura – Com outra globalização, obviamente. Não penso que a alternativa à globalização seja o fechamento no local. Hoje, há muitos movimentos biorregionais localistas que procuram criar uma cintura protetora em relação às influências da globalização. Eu penso que isso não é possível no mundo de hoje, a não ser a custos enormes que, no meu entender, são socialmente insuportáveis e politicamente intoleráveis.

O caminho, na minha opinião, passa por uma globalização solidária, a globalização dos movimentos e organizações sociais que começaram a ter notoriedade em 1999, em Seattle, mas que já vinham de longe, senão não teriam conquistado o espaço que tiveram, e que têm hoje a sua melhor formulação no Fórum Social Mundial. É essa globalização contra-hegemônica, como eu lhe chamo, que está em movimento. Não é por enquanto muito forte – por isso é que ela é contra-

hegemônica –, não é absolutamente certo que ela possa vir a ter êxito, mas neste momento tem suficiente credibilidade para ser considerada uma outra forma de globalização, utilizando, muitas vezes, tecnologias de informação e de comunicação ou alternativas usando os mesmos equipamentos de base, e que está, neste momento, obrigando, pelo menos, a algumas mudanças na agenda política.

Teias – Que papel podem ter essas novas organizações políticas e sociais, nascidas, sobretudo, do Fórum Social Mundial, como nova força política global capaz de equilibrar a crescente desigualdade entre as propostas do poder econômico e político e as reivindicações sociais?

Boaventura – Penso que até agora não conseguiram mais do que alterar o discurso político. Vimos, por exemplo, como na última reunião do Fórum Econômico Mundial, em Davos, os grandes temas foram a pobreza e a ecologia, temas que eram apenas tolerados e raramente mencionados, e que estiveram ali em debate numa tentativa de “roubar” a agenda do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, fazendo ligações impressionantes, nas quais os temas se sobrepunham aos temas do Fórum. Conseguimos, todos aqueles que têm atuado no Fórum, alterar o discurso político.

Mas a alteração do discurso político é apenas uma primeira fase. Depois do discurso haveria que se alterar a própria agenda política, alterar as próprias políticas e, finalmente, a aplicação dessas políticas. São quatro fases das quais apenas a primeira está relativamente conquistada. Daqui para a frente é um caminho muito espinhoso. É evidente que essa forma de globalização tem sido suavemente tolerada, que ela não pode ser esquecida nesse momento, mas nós não sabemos em que momento ela será considerada suficientemente forte para começar a deixar de tolerada. E é nessa altura que cairão sobre ela todas as formas de suspeitas.

Mas é uma forma de globalização embrionária que tem tido eficácia e penso que vem fazendo a ligação entre o local e o global, ainda que, por enquanto, mais setorialmente. Encontra-se em gestação a preparação de um Fórum Social Português, que se une a outras iniciativas, como os fóruns europeu, asiático, africano e americano, que se organizam para dar contribuições no sentido de alterar a agenda e o discurso políticos. É um primeiro estágio. Não se sabe muito bem como se poderá ir para além dele. Os acontecimentos de 11 de Setembro, em Nova York, obrigaram a um compasso de espera, porque tornaram a atividade destes movimentos mais difícil e congelaram certas aberturas políticas que estavam em curso, como o processo de democratização do Banco Mundial.

Mas o movimento está em curso, tornando possíveis muitas ligações. Por exemplo, no Fórum de Porto Alegre, eu vi movimentos feministas, como as mães da Praça de Maio, se surpreenderem no primeiro contato que mantiveram com as mulheres que, na Colômbia, estavam preocupadas com os desaparecidos e que tinham, portanto, um problema muito semelhante ao delas na Argentina. A Colômbia está há trinta anos numa guerra, e há muitos deslocados e desaparecidos. Essas mães estão organizadas em movimentos de reivindicação dos corpos dos desaparecidos. A partir daí, começaram a trocar informações. É esse tipo de rede que se está criando e isso pode ter impacto, embora não se deva, é óbvio, ser demasiado otimista, mas é um sinal.

Há seis anos atrás, quando comecei a falar de globalização contra-hegemônica, alguns achavam completamente utópico, mas já havia sinais perceptíveis. Depois de 1999, os processos vêm se desenvolvendo.

Teias – Concorda com uma recente proposta do ex-comissário Europeu, Jacques Delors, quando este se referiu à necessidade de se criar um conselho de segurança econômica, social e ambiental mundial com representantes de todos os povos e das organizações não governamentais?

Boaventura – Concordo, mas considero que a energia e o prestígio de Jacques Delors deveriam ser orientados para outras questões. Não estou dizendo que essas não sejam importantes, mas há outras questões mais concretas em que ele podia jogar a autoridade dele. Uma dessas questões é exatamente a alteração dos processos de decisão do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Essa é a grande questão do momento. Não faz sentido que os países que sofrem com as políticas do BM e do FMI não tenham qualquer poder de intervenção nos processos de decisão, que só sofram as suas conseqüências. Isto é uma caricatura do que deveria ser uma democracia mundial. É um grande autoritarismo internacional que está aí. Quando nós queremos ser realisticamente utópicos, temos duas opções: podemos propor a eliminação do Banco ou então democratizá-lo.

E, curiosamente, o BM está sendo, atualmente, pressionado de dois lados: do lado da administração Bush, que não quer sequer que se façam as concessões a que o BM se vê hoje obrigado – a discussão e a problematização da sua ação – e, por outro, pelos movimentos sociais e pelas organizações não governamentais que têm questionado as suas políticas, sobretudo em face dos fracassos sucessivos que são reconhecidos pela própria instituição. Ficamos felizes que esse reconhecimento tenha lugar, mas ninguém paga indenizações aos países que foram vítimas desses fracassos.

Se pudermos intervir aí, homens como Jacques Delors teriam uma grande importância. Tal como teria muita importância que ele afirmasse que os países europeus podem adoptar unilateralmente a taxa Tobin sem estarem à espera dos Estados Unidos. A União Europeia tem de ter uma alma própria, que não possui neste momento. É um mercado que só discute as acções dos Estados Unidos quando os seus interesses mercantis estão em causa. Não luta em outras áreas mais políticas.

Teias – Como se articulam, para você, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos com o cidadão?

Boaventura – Eu penso que o sociólogo é sempre cidadão. Acontece que ele pode agir utilizando o conhecimento sociológico ou apenas como cidadão.

A sociologia, enquanto disciplina da modernidade ocidental, foi primeiro aceita, depois difundida e consolidada, exatamente porque servia interesses. Nunca foi um exercício gratuito dos países, nomeadamente das sociedades capitalistas onde ela teve implantação. Não é por acaso que a promoção da sociologia se centrou durante mais de um século em cinco ou seis países, os mesmos que tomaram a dianteira do desenvolvimento capitalista. Portanto, de alguma maneira, a sociologia, assim como outras ciências sociais, estiveram sempre muito próximas do poder e serviram esse poder. É quando elas começam a contestá-lo e a servir os movimentos que lhes resistem que se põe a questão da relação entre a sociologia e a política, a relação entre o sociólogo e o cidadão. Essa imbricação recíproca existe, porque fazer ciência é também uma forma de fazer cidadania. Naturalmente que há diferentes formas de o sociólogo ser cidadão.

Eu próprio tenho estado envolvido em algumas lutas e posso mostrar como são diferentes as relações entre o conhecimento científico e a minha atividade de cidadania nos diferentes casos. Quando intervenho na luta contra a privatização da segurança social, por exemplo – faço parte da comissão do Livro Branco da Segurança Social e coordeno o relatório minoritário dessa comissão,

que afinal foi o relatório que enformou a política da Lei de Bases da Segurança Social do Partido Socialista –, trabalho ao serviço de uma causa, que é a segurança social pública, utilizando o conhecimento de especialista na área do Estado-Providência, das políticas sociais, nos quais vinha já trabalhando desde há bastante tempo, tentando mostrar que a falência eminente da segurança social, anunciada por aqueles que a queriam atacar, afinal não passava de um discurso, que acabou por desaparecer. É uma forma de interpenetração entre a ciência e a cidadania.

Outra luta completamente distinta em que intervenho como cidadão, não deixando de ser sociólogo, mas onde não entra o meu conhecimento de especialidade, é a luta contra a co-incineração, na qual eu não atuei como perito. Minha formação não me permitia discutir os conhecimentos científicos sobre o tema, mas pude atuar como cidadão e ser útil no apoio aos movimentos sociais que lá estavam.

Há diferentes formas de intervenção, e hoje caminhamos para que essas intervenções sejam vistas como formas de cidadania ativa que pretende superar o paradigma dominante da cidadania passiva, que consiste em votar cada quatro anos e nada mais. Essa obviamente não nos serve e deve ser posta de lado em favor de uma forma de cidadania ativa.

É aí que eu penso que pode atuar o sociólogo, utilizando a distinção que eu sempre faço no meu trabalho, entre objectividade e neutralidade. Quero ser objetivo, não quero ser neutro. Ser objectivo é seguir escrupulosamente as metodologias que as ciências sociais põem à nossa disposição e conhecer os constrangimentos e os limites do conhecimento científico e de como ele é todo incerto e está sujeito a uma revisão constante. Por outro lado, reivindico, como cidadão, o direito de poder tomar partido por diferentes opções, justificando as minhas posições e expondo-a aos meus alunos. Considero que esse esforço de cidadania deve ser transmitido aos estudantes para que o processo educativo seja ele próprio também mais crítico e mais criativo.

Teias – Como você vê (ou não) a nova concepção de conhecimento que propõe, que não dissocia questões ético-políticas, na escola e nos programas escolares, diante dos avanços da mercadorização de que falávamos antes e da necessidade de assumirmos nossas responsabilidades sociais junto aos nossos estudantes? É possível educar formalmente para a democracia e para a emancipação social?

Boaventura – Eu penso que é absolutamente necessário fazê-lo. Quando eu digo que a mercantilização da educação está em curso, é óbvio que, se isso vai ser levado a termo ou não depende de nós, das formas de resistência que fomos capazes de organizar. No processo educativo elas têm que ser organizadas. Cada vez mais isso vai obrigar a uma transformação da própria educação. A educação vai ter que, cada vez mais, estar junto de outras preocupações sociais, que normalmente, em função do modo como a nossa sociedade foi construída, estavam separadas: educação aqui, segurança social lá etc. Isso hoje tem que entrar numa mesma lógica de preocupações. Os professores têm que ser, hoje, os tradutores entre as preocupações sociais e epistemológicas. Não se pode mais ficar com esses saberes separados.

Nós, no Fórum Social, debatemos muito essa questão, pois havia um Fórum de educação, onde estavam os educadores. Portanto, é preciso fazer articulações: o que têm a dizer à educação o orçamento participativo, os movimentos indígenas, os movimentos gays, ecológicos, sindicais? A educação não pode ficar como uma preocupação separada, especializada. Esta integração da educação nessa nova constelação de sentido emancipatório, que está sendo criada como resistência a essa

ameaça da mercadorização que vem sendo feita à educação, tem que ser veiculada através de epistemologias mais ricas. Ou seja, é preciso reivindicar uma nova concepção epistemológica.

Uma nova concepção de conhecimento que pode ter uma grande contribuição do trabalho do Paulo Freire, que, aliás, tem sido associado por muitos ao meu trabalho em termos epistemológicos. Penso que as transformações recentes colocam exigências tanto ao trabalho dele como ao meu próprio. Nós dois partimos da idéia de que há um senso comum. Ele fala muito do saber popular e, portanto, ao admitir isso admite que há um senso comum. Eu penso que, nesse momento, há um conflito de sentidos comum. Já não há um só senso comum.

Os estudantes estão trazendo para a escola um senso comum mercantil, que é outra coisa diferente do que conhecíamos antes. Emblemática nesse sentido é a história contada num livro editado pelo Pablo Gentili, no qual se conta uma história de uma professora na Argentina que pergunta a seus alunos o que é que não se pode comprar nem vender, esperando que eles falem de valores, e a resposta que recebe é que não se pode comprar nem vender um transatlântico, um arranha-céus, ou seja, objetos que estão fora do nosso horizonte financeiro. Portanto, os estudantes foram apenas para a possibilidade ou não de possuir, e não para o poder enquanto permissão, normatividade, permissão de ir comprar ou vender. E esse senso comum mercantil está entrando na escola, e o maior problema é que não entra apenas por via dos estudantes, mas também dos professores. Penso que a Escola tem que estar atenta para esses conflitos de senso comum, exatamente para mostrar que esses conflitos estão também dentro do próprio conhecimento científico. É essa constelação epistemológica que é muito mais complexa do que a anterior.

Teias – Como vê a responsabilidade social de pesquisadores nessa área e as possibilidades da pesquisa de influir na construção de novas alternativas para a escolarização, de modo a que ela amplie sua contribuição para a emancipação social?

Boaventura – É a preocupação de serem objetivos sem serem neutros. Terem a preocupação de conhecer o melhor do conhecimento que existe hoje, das técnicas que nós temos à nossa disposição, que são novas, que emergem agora com a revolução nas técnicas de comunicação e informação mas que podem ser enriquecidas. É preciso perceber que elas permitem novos parâmetros e objetivos, mas exigem também uma grande responsabilidade dos professores e educadores que fazem esse tipo de investigação: a de saber a serviço de que essas tecnologias são postas, as alternativas que há nessas tecnologias, os diferentes usos que delas se pode fazer. Eu acho fundamental que esses pesquisadores façam uma ciência emancipatória, dentro daquilo que eu chamo de conhecimento-emancipação, que é um conhecimento que caminha, sobretudo, para a idéia de solidariedade enquanto reconhecimento do outro, o que é fundamental. Digo, ainda, que esse reconhecimento do outro é também o reconhecimento da igualdade básica de todos os homens e de todas as mulheres. Ou seja, exige um equilíbrio entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença. Não há reconhecimento sem redistribuição social. E é nessa lógica que eu penso que se pode fazer pesquisa, porque aí ela se torna credível, quando ela pode pensar o reencantamento do trabalho escolar. Nesse momento, nós não temos isso.

O campo escolar é, hoje, um campo desencantado, deprimente em grande medida. Nós temos experiências inovadoras interessantíssimas. Ainda recentemente, vi, durante uma ida ao Algarve, professoras que estão fazendo coisas maravilhosas com seus alunos, fazendo de crianças de 7 a 8 anos escritores! Mas, por outro lado, temos a taxa mais elevada de absenteísmo de professores ou

de professores com depressão; grande parte das baixas dos professores por doença são de fonte psíquica, o que significa que o local de trabalho para eles deixou de estar encantado, deixou de ser uma paixão educativa, passou a ser um fardo. Há também a questão da violência, da insegurança. Há uma degradação do processo escolar, que cria uma desmotivação muito grande, e que permite que, depois, venha a disciplina do mercado e a banque, porque o mercado tem regras muito claras de eficácia. Portanto, as pessoas não podem estar tanto tempo doentes, têm que fazer isto ou aquilo. É uma nova forma de autoritarismo, que pode estar sendo forjada e nós podemos estar desarmados para enfrentá-lo, se não reagirmos a esse desencantamento.